

Crescimento com seriedade

Não é preciso um otimismo panglossiano para aumentar as projeções de crescimento econômico neste ano. Para acumular uma expansão de 4% em 2004, a economia brasileira só terá de crescer 0,78% neste e nos próximos dois trimestres, o que não parece muito difícil neste momento. Mas será preciso, para que isso ocorra, que empresários e consumidores não percam a disposição que tem permitido, apesar das muitas dificuldades e incertezas, manter uma contínua expansão desde o meio do ano passado.

Há dois trimestres a economia brasileira tem avançado mais velozmente que a dos Estados Unidos. A reação ainda é pouco sensível no dia-a-dia da maior parte das pessoas, principalmente nas áreas metropolitanas. Afinal, a maior parte do emprego formal tem sido criada no interior, como indicam os números do Ministério do Trabalho. Isso ocorre em todo o País. Mas é preciso olhar com um pouco mais de atenção os números do Produto Interno Bruto (PIB), para notar a reação da economia.

De janeiro a março deste ano, o PIB americano cresceu em ritmo equivalente a 4,4% ao ano. O PIB do Brasil expandiu-se, no mesmo período, a uma taxa anualizada de 6,8%. Para obter esse número, basta projetar para qua-

tro trimestres o crescimento de 1,6% em relação aos três meses finais de 2003. Já no período outubro-dezembro do ano passado o crescimento anualizado havia sido de 5,9%.

O presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, havia chamado a atenção para esse número, no começo de 2004, ao afirmar que a produção já estava em alta e que os juros já haviam caído o suficiente para destravar a economia. Os juros básicos, é claro, poderiam ter caído mais, nos últimos meses, e teria sido bom que isso ocorresse, mas isso não invalidava a afirmação do presidente do BC.

Os últimos dados do IBGE, assim como outros números divulgados pela indústria e por outras fontes de informação sobre a economia, continuam confirmando o acerto daquela avaliação.

Os números da importação até abril acentuam os sinais de recuperação econômica. Em 12 meses, as compras de bens intermediários estrangeiros – como produtos químicos, adubos e peças para veículos – aumentaram 9,6% em volume. As de bens de



capital caíram 7,3% nos últimos 12 meses, mas estão em recuperação, e no mês de abril foram 15,9% maiores que as de um ano antes.

Este dado é especialmente relevante porque indica uma retomada do investimento. A indústria brasileira de máquinas também informa um aumento das vendas no mercado interno, embora a maior parte de seu dinamismo recente seja atribuível às exportações crescentes.

A retomada do investimento foi registrada também pelo IBGE no último cálculo do PIB. A formação bruta de capital fixo (investimento em máquinas, equipamentos e instalações produtivas) aumentou 2,3% entre o último trimestre de 2003 e o primeiro deste ano. Além disso, esse grupo de gastos foi 2,2% maior que o do período janeiro-março do ano.

Apesar dos juros elevados, as condições de crédito melhoraram o suficiente para estimular um pouco mais de consumo. Mas a construção civil, um dos setores mais importantes por seu potencial de geração de empregos, continuou deprimida nos primeiros meses deste ano.

Se a confiança dos consumidores se consolidar, os gastos com a construção civil poderão crescer nos próximos meses. O governo poderá facilitar essa recuperação, se der uma atenção especial ao financiamento.

O humor do empresariado e dos consumidores com certeza vai melhorar, nos próximos meses, se os juros básicos voltarem a cair. Mas esse não é, hoje, o principal obstáculo ao cresci-

A economia brasileira cresceu mais que a dos EUA no primeiro trimestre

mento. É preciso oferecer tanto a empresários quanto a consumidores a segurança de que a expansão econômica se manterá por muito tempo. Sem isso, não se arriscarão a decisões que os comprometam no longo prazo. O governo não tem de fazer mágicas para isso, nem de abandonar a austeridade fiscal e monetária. Precisa, simplesmente, mostrar convicção quanto ao rumo escolhido e esforçar-se para desemperrar a chamada agenda microeconômica, que inclui a reforma sindical e trabalhista, a desoneração fiscal da produção e criação de condições para os investimentos em infra-estrutura.